

UMA GERAÇÃO À DERIVA: OS JOVENS “NEM NEM” E A SURPERFLUIDADE DA FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DO CAPITAL-IMPERIALISMO¹

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Mariléia Maria da Silva²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo problematizar o discurso da dita geração “nem nem” – os assim chamados jovens que não estudam e nem trabalham – com base nos dados divulgados pelo IBGE (2013) e associá-lo ao conceito de superfluidade da força de trabalho, nos termos definidos por Marx (2011). A tese aqui defendida é a de que a geração “nem nem” constitui parte da população excedente a ser preservada em benefício do setor produtivo. A discussão sustenta-se no conceito de capital-imperialismo de Fontes (2012) e, conseqüentemente, no questionamento da formulação da noção de desenvolvimentismo a caracterizar o Brasil contemporâneo e suas políticas sociais, dentre as quais as políticas de educação e de “alívio” à pobreza. Como implicações, aponta-se que, na perspectiva do capital, é necessário manter uma força de trabalho relativamente supérflua, sem que tal condição se converta em desalento ao ponto de ameaçar ao próprio desejo da classe trabalhadora em tornar-se mercadoria força de trabalho. Desalento que se agrava tendo em vista a intensificação e alargamento do trabalho precário, sobretudo para o seguimento juvenil.

Palavras-chave: geração nem nem, capital-imperialismo, superfluidade.

ABSTRACT

The present article aims to problematize the discourse about the “nem nem generation” – the so-called young people who neither study nor work – on the basis of the facts disclosed by IBGE (2013) and associate them with the concept of superfluity of the labour force, as defined by Marx (2011). The thesis defended is that the “nem nem” generation constitutes part of the surplus population to be preserved for the benefit of the productive sector. The discussion supporting the concept of capital-imperialism by Virginia Fontes and, consequently, in the questioning about the formulation of the notion of developmentism to characterize the contemporary Brazil and its social policies, including the policies of education and of “relief” of poverty. As implications, points out that, from the perspective of the capital, is necessary to maintain a labour force

1 O presente artigo resulta das análises preliminares no âmbito do Projeto de Pesquisa “Jovens, trabalho e saberes escolares: o emprego em tempos de flexibilização das relações de trabalho”, sob minha coordenação, com previsão de término para julho de 2015.

2 Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO); Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FAED/UDESC); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

relatively superfluous, without this condition become despondency, to the point of threatening own working class desire in becoming commodity labour force. Dismay that worsens with a view to intensifying and broadening of precarious employment, especially for youth segment.

Key-words: “nem nem generation”, capital-imperialism, superfluity.

Introdução

A “geração nem nem”, alcunha em certa medida cômica, não fosse a gravidade que carrega, tem sido destaque nos últimos tempos entre a mídia televisa, impressa e eletrônica,³ que alertam sobre o número de jovens entre 15 e 29 que não estudava e “nem” trabalhava em 2012. Os dados fornecidos pela Pnad⁴ (2012), divulgados em novembro de 2013, revelam que 19,6% da população nesta faixa etária estavam fora da escola e do mercado de trabalho, o que significa dizer que um em cada cinco jovens encontrava-se nesta situação no período analisado. Dentre estes quase 20% de jovens “nem nem”, as mulheres perfazem um total de 70,3% (IBGE, 2013).⁵

Para os jovens que trabalham o cenário também não é animador. Conforme documento da OIT (2013), intitulado “Tendencias mundiales del empleo juvenil 2013: Una generación em peligro”, a débil recuperação mundial nos anos 2012 e 2013 fez agravar a crise do emprego juvenil, cuja taxa de desemprego estimada para 2013 foi de 12,6%, o que tem implicado na disposição dos jovens em serem menos seletivos em relação às suas escolhas de emprego, posto

3 Uma simples consulta na Internet utilizando a palavra-chave “Geração nem nem” acusou em torno de 300 resultados referentes aos anos de 2013 e 2014. Tais resultados incluem desde matérias mais consistentes sobre os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgados em final de novembro de 2013, incluindo entrevistas com especialistas, até pequenas notas com comentários rápidos sobre o tema e enquetes com os jovens supostamente vivenciando a condição de “nem nem”.

4A Pesquisa Nacional por Amostragem em Domicílio (Pnad) obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo os domicílios como unidade de coleta. Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40. Acesso em 01 de abril de 2014.

5Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2526&busca=1&t=sis-2013-74-1-mulheres-25-29-anos-que-nao-estudam-nem>. Acesso em 08 de abril de 2014.

que as ofertas caracterizam-se por vínculos temporários e em regime parcial. Ainda segundo a OIT, os jovens mais pobres estão, inclusive, renunciando em seguir procurando emprego, tal é a precaridade do que encontram. A previsão é a de que o emprego informal entre os jovens continue crescendo⁶.

Como é possível perceber, mediante as fontes acima arroladas, o quadro no qual se encontra a juventude e sua vinculação ao mundo laboral inspira cuidado e até amedronta, se seguimos a linha de raciocínio do conhecido adágio de que “mente vazia é oficina do diabo”, ou, em outras palavras, jovens desocupados estão propensos ao crime e à promiscuidade. Seriam estes os “nem nem”?

O presente artigo tem como propósito problematizar o discurso da dita geração “nem nem”, os assim denominados jovens que não estudam e nem trabalham, e associá-lo ao conceito de superfluidade da força de trabalho, nos termos definidos por Marx (2011). A tese aqui defendida é a de que a geração “nem nem” constitui parte da população excedente a ser preservada em benefício do setor produtivo. Assim, na perspectiva do capital, o desafio está em manter uma força de trabalho relativamente supérflua, sem que tal condição se converta em desalento, ao ponto de ameaçar ao próprio desejo da classe trabalhadora em tornar-se mercadoria força de trabalho. Desalento que se agrava tendo em vista a intensificação e alargamento do trabalho precário, sobretudo para o seguimento juvenil.

Tal intento exige que se compreenda a atual dinâmica do capital em escala global e suas implicações nos países de capitalismo dependente. O conceito de capital-imperialismo de Fontes (2012) é aqui adotado na perspectiva de que abarca as novas determinações derivadas da própria disseminação do imperialismo e a conversão do capitalismo em uma forma de vida social generalizada de modo profundamente assimétrico.

A geração “nem nem”: uma geração à deriva

6 Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_212725.pdf. Acesso em 08 de abril de 2014. Acesso em 02 de abril de 2014.

Dados do IBGE baseados na Pnad 2012 e divulgados em 2013 revelam que o número de jovens de 15 a 29 anos, que não estudava nem trabalhava, chegou a 9,6 milhões em 2012, o que significa uma em cada cinco pessoas da respectiva faixa etária. Este número representa 19,6% da população de 15 a 29 anos, conforme se verifica na Tabela 01. Em 2002 o percentual foi de 20,2% dos jovens, nessa faixa etária, que não estudavam e nem trabalhavam, significando uma redução de 0,6 pontos percentual.

Antes de quaisquer comentários sobre os números trazidos pelo IBGE, levantaremos uma breve reflexão sobre a expressão “nem nem”, utilizada pela mídia para designar os jovens que não estudavam e nem trabalhavam, não pelo tom anedótico que possa estar associado a tal expressão, mas pelo julgamento moral que parece embutido. Começaríamos com a ideia representada de que poderia se tratar de uma geração “nem isso, nem aquilo”, ou seja, jovens que nada fazem: não tomam iniciativa, não são proativos, desistem com facilidade e, por suposto, estariam na contramão do discurso da empregabilidade. Esta última tem ganhando grande destaque, conforme Oliveira (2009), para referir-se à capacidade do indivíduo manter-se ou reinserir-se no mercado de trabalho mediante a posse de um conjunto de fórmulas que o habilite a competir com todos que disputam um emprego. O que significa, na lógica das políticas neoliberais, “um mecanismo que retira do capital e do Estado a responsabilidade pela implementação de medidas capazes de garantir um mínimo de condições de sobrevivência para a população” (p.199, 2009).

O que se percebe claramente é o abandono crescente por parte dos estados capitalistas de uma política de “pleno emprego” simultâneo ao incremento de políticas de combate ao desemprego fundadas em princípios comportamentais cujo protagonista é o próprio desempregado. Nestes termos, Shiroma e Campos (1997) ressaltam que na literatura econômica e nas análises estatísticas, a empregabilidade refere-se à passagem de uma situação de desemprego a de emprego, e se apresenta como probabilidade de saída do desemprego. Para as autoras, o termo empregabilidade está associado a uma série de variáveis, tais como: “idade, sexo, experiência prévia, rede de relações sociais, origem social, concepções, valores, aspirações, trajetórias de vida etc. (p.26)”.

Acoplado a esta noção de empregabilidade, o designativo “nem nem” também poderia aludir infantilidade⁷ e imaturidade, compreensão reforçada, sobretudo, pelo fato de que a maioria teve, ao menos, um filho (tabela 02), o que poderia dar margem para condenar pela irresponsabilidade da procriação sem planejamento familiar, e culmina no seguinte julgamento: a geração “nem nem” é constituída por aqueles que não desejam estudar e nem trabalhar, posto que ainda não amadureceram o suficiente ou não se atentaram aos novos desafios exigidos pelo mundo globalizado.

Nesta perspectiva, o discurso do empreendedorismo se faz presente como ideologia destinada aos jovens em um contexto de desemprego e precarização das relações de trabalho. Coan e Shiroma (2012) em um estudo sobre esta temática revelam que o empreendedorismo como ideologia sustenta o discurso de que o desenvolvimento de nossas potencialidades empreendedoras nos levaria ao sucesso pessoal e profissional, e que os obstáculos devem servir como desafios a serem enfrentados, em uma evidente ocultação das contradições da lógica do capital. Segundo os autores, a pedagogia empreendedora tem marcado forte presente nos cursos de formação básica e profissional, sendo sua base epistêmica consoante com a que “nutre as relações sociais de produção capitalistas e fomenta a corrida pelos sonhos individuais que tentam forjar jovens de novo tipo, limitados à pequena política, aprisionados aos projetos individuais que se pode conquistar em curto prazo” (p.273).

Queremos ressaltar, com a análise semântica acima proposta, o constructo ideológico dirigido pela negação aos jovens, qual seja: não sejam “nem nem”, não desistam, sejam empreendedores! Discurso direcionado especialmente a um segmento de jovens brasileiros cuja condição, desde a mais tenra idade, se estabelece pela necessidade imperiosa da presença no mercado de trabalho e, para a maioria, conjugada à permanência na escola, variando, conforme o nível de degradação social, o grau de frequência e intensidade entre um e outro.

Assim, aos designados “nem nem”, prefiro a noção cunhada por Sennett (2003): uma geração que vive à deriva. Ou, nas palavras de Frigotto (2011, p.183) em alusão a Viktor Frankl: uma juventude com a vida “provisória e em suspenso”. Considerando que, sob o capitalismo, as

7 “nem nem” pode ser uma alusão a “nenê”, ou, inclusive pela fonética, ao popular “neném”, que significa criança recém-nascida ou com poucos meses. Cf. HOUAISS.

relações sociais são constituídas por relações de classe que se fundamentam por duas classes fundamentais, os que detêm os meios de produção e os quem vendem a sua força de trabalho, e por frações e grupos sociais a elas conectadas, resultando em acessos desiguais aos bens fundamentais à reprodução biológica e social, Frigotto (2011) adverte que tal desigualdade é ainda mais severa em sociedades de capitalismo dependente⁸ no qual a juventude é atingida em sua dimensão geracional. Trata-se de “um tempo de um capitalismo que lhes interdita o futuro ou produz uma existência social truncada e em suspenso (p.100)”.

O quem dizem os dados do IBGE

Analisando mais detidamente as tabelas 01 e 02, podemos perceber que no subgrupo de 15 a 17 anos, a proporção dos que estão fora da escola e do trabalho foi de 9,4%, enquanto entre aqueles com 18 a 24 anos a proporção foi 23,4%. Na tabela 02, percebemos que o percentual de mulheres nesta situação foi crescente com a idade, ou seja, 59,6% entre aqueles com 15 a 17 anos de idade, alcançando 76,9% no subgrupo de 25 a 29 anos de idade. Ainda em relação às mulheres, ressalta-se a proporção daquelas que tinham ao menos um filho (IBGE, 2014).

Tabela 01- Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo os grupos de idade. Brasil. 2012 (%)

Idade	Distribuição percentual dos jovens de 15 a 29 anos de idade, por tipo de atividade na semana de referência, segundo os grupos de idade. Brasil – 2012 (%)			
	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
15 a 29	21,6	13,6	45,2	19,6
15 a 17	65,4	18,8	6,5	9,4
18 a 24	14,5	14,8	47,3	23,4
25 a 29	2,9	8,3	67,5	21,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. (Adaptação própria)

Tabela 02. Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, por grupos de idade. 2012 (%)

8 O autor apropria-se do conceito de capitalismo dependente de Fernandes (1975 e 1981) e Oliveira (2003).

Características selecionadas	Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade que não estudavam e não trabalhavam na semana de referência, por grupos de idade (%)			
	Total	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Sexo				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem	29,7	40,4	32,0	23,1
Mulher	70,3	59,6	68,0	76,9
Nível de instrução mais elevado alcançado				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Ensino fundamental incompleto	32,4	56,7	28,4	31,5
Ensino fundamental completo ou médio incompleto	23,4	31,0	24,1	20,0
Ensino médio completo	38,6	12,2	43,2	39,2
Ensino superior incompleto ou completo	5,6	0,1	4,2	9,3
Indicação de presença de filhos nascidos vivos das mulheres				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nenhum filho	41,0	69,9	48,0	25,0
1 ou mais filhos	58,4	30,0	51,6	74,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012. (Adaptação própria)

No que diz respeito à escolaridade dos jovens que não estudavam e nem trabalhavam, destacamos que entre o subgrupo de 15 a 17 anos de idade, 56,7% não tinham, sequer, o ensino fundamental completo, quando o esperado para a faixa etária era o de que estivessem frequentando o ensino médio. Entre os jovens de 18 a 24 anos, chama a atenção o fato de que somente 47,4% destes que não trabalhavam e não estudavam tinham completado o ensino médio, o que significa que a maioria tinha até o ensino médio incompleto. Para as pessoas de 25 a 29 anos de idade, que não trabalhavam e não estudavam, destacamos que 51,5% tinham até ensino médio incompleto, porém, ressaltamos que 39,2% tinham ensino médio completo e 9,3% tinham ensino superior incompleto ou completo. Estes dois últimos percentuais somados atingem 48,5%.

Sobre o rendimento do trabalho entre os jovens no Brasil, conforme documento do IBGE (2013), entre a faixa etária de 15 a 29 anos de idade, ocupados na semana de referência da pesquisa, 39,6% obtiveram rendimento de todos os trabalhos até 1 salário mínimo⁹ em 2012, ao passo que 18,2% deles obtiveram rendimento superior a dois salários mínimos. Ainda segundo O

⁹ Salário Mínimo em 2012 era de R\$ 622,00.

IBGE, o baixo rendimento do trabalho entre os jovens explica-se, em grande parte, em razão de estarem em início de carreira e em trabalhos com menos garantias.

No que se refere às condições de trabalho, ressalta-se a informalidade¹⁰, característica importante no país, que abarca 43,1% dos trabalhadores (IBGE, 2013). Mas é entre os jovens de 16 a 24 anos e idosos de 60 anos, ou superior a esta idade, que as taxas de informalidade em 2012 foram mais elevadas, ficando em 46,9 e 70,8% respectivamente, segundo a mesma fonte. A explicação desse fenômeno, para o IBGE, está na especificidade que envolve os dois grupos etários. Para os jovens, “a elevada taxa de informalidade pode ser explicada pela busca do primeiro emprego e, em alguns casos, pela necessidade de conciliar o trabalho com o estudo, fazendo com que a posse de carteira assinada ou a contribuição previdenciária não seja um requisito imprescindível” (IBGE, 2013, p.146). Entre os idosos, o motivo deve-se, pelo menos para a maioria, em razão de já terem cumprido seu ciclo produtivo, sendo o retorno ou permanência no mercado de trabalho uma maneira de complementação de renda ou um meio de socialização. A carteira de trabalho, nos casos em que o idoso é pensionista ou aposentado, deixa de ser um atrativo, assim analisa o IBGE.

Ainda que se possa buscar alguma justificativa para o maior percentual de informalidade entre os dois polos em questão, o fato é que a informalidade é estrutural na forma de ocupação da força de trabalho no país, e está presente em todos os segmentos etários e com relativa importância, conforme pode ser verificado pelos dados trazidos pelo próprio IBGE¹¹. Neste sentido, concordamos com Filgueiras, Druck e Amaral (2004) quando avaliam que “o conceito de informalidade tanto pode se constituir em um problema quanto em uma solução, tanto pode obscurecer quanto revelar, a depender do uso que se faça dele e da clareza que se tenha com relação aos seus limites explicativos, tanto no plano teórico quanto empírico” (p.229).

100 IBGE utiliza para classificação dos trabalhos formais ou informais a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Trabalho “formal” inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuam para a previdência social” (IBGE, 2013, p 145).

11 Percentual de trabalhadores ocupados em trabalhos informais, segundo a faixa etária: 16 a 24 anos: 46,9%, 25 a 29 anos: 36,0%, 30 a 49 anos: 38,7%, 50 a 59 anos: 45,9%, 60 anos ou mais: 70,8% (IBGE, 2013, p. 157).

Cardoso (2013), tomando por base as mesmas fontes e buscando analisar o fenômeno dos jovens que não trabalhavam e não estudavam, comparando-o “aos países mais ricos do mundo” (p.293), considera que a condição “nem nem” não é exatamente uma novidade nesses países, o novo estaria na intensidade com a qual este fenômeno surge, ou seja, o aumento dos “nem nem” está quase que exclusivamente associado ao desemprego de jovens anteriormente ocupados, e que já teriam deixado a escola. Salienta ainda que a situação é mais grave entre os homens do que entre as mulheres, e entre as faixas etárias mais elevadas (18 a 29 anos), tendo em vista que o esperado é que estes jovens estivessem saindo do sistema escolar e ingressando no mercado de trabalho. Portanto, considera que a geração “nem nem” expressa desemprego juvenil em larga escala, atingindo sucessivas gerações desde a crise econômica de 2008, que vem assolando as economias dos países centrais do capitalismo.

O autor entende que se trata de um fenômeno estrutural, com agravamento depois de 2008, ao ponto de lançar os jovens “no centro da contestação da ordem econômica global e suas instituições de sustentação, nacionais e supranacionais” (p. 296), o que implicou na transformação de um problema estrutural em um problema social, inflamando “a disposição militante de jovens por todo o mundo desenvolvido” (p.297).

Na perspectiva de Cardoso, o fenômeno também é estrutural no Brasil, embora a taxa de jovens que não estudam e não trabalham tenha sofrido uma leve queda se comparada com o cenário Europeu contemporâneo. Por isso, defende a hipótese de que no Brasil

a melhoria das condições materiais de vida, ao se disseminar pelo país contribuiu para reduzir a percepção de clausura das condições de mobilidade social, ampliando o horizonte de expectativas¹², de inclusão dos jovens “nem nem”, em especial as mulheres. Ao contrário, pois, de aparecer como deterioração de condições antes favoráveis e, portanto, como frustração de suas expectativas, como é hoje o caso de vários países europeus (p.312).

Neste sentido, o autor ressalta que as taxas “nem nem”, no Brasil, ao atingirem em maior nível as famílias de baixa renda, apontam a necessidade de investimento em políticas de

12 Grifo nosso.

distribuição de renda¹³. Estas, ainda que direcionadas a curto prazo, ao longo prazo podem resultar na recuperação dos serviços públicos na medida em que tornarão menos relevantes a mercantilização das relações sociais e, conseqüentemente, implicando na diminuição das desigualdades sociais, condição que alimenta a probabilidade de um jovem ser “nem nem”.

Queremos avançar e problematizar em alguns pontos na comparação que Cardoso faz entre a situação dos jovens brasileiros e o contexto europeu, propondo os seguintes questionamentos: Qual a origem da deterioração das condições antes favoráveis aos jovens europeus? Por que as políticas sociais que possibilitavam algum nível de expectativa aos jovens europeus deixam de existir? Ou, em outras palavras, como explicar a “desilusão” dos jovens que não estudam e nem trabalham na Europa, se, diferentemente daqui, o investimento em políticas públicas, pautado na noção de um Estado de bem-estar social, foi a tônica nas décadas que se seguiram até a virada neoliberal? Por que devemos acreditar que o investimento atual em políticas de curto prazo (leia-se aligeiradas, superficiais, temporárias, quantitativa e qualitativamente inferiores ao contexto europeu) no Brasil levariam a uma situação mais favorável aos jovens brasileiros a longo prazo, se nos países mais ricos do contexto europeu suas políticas alicerçadas no modelo de bem-estar social do pós-guerra desaguaram na desilusão de uma juventude escolarizada que se encontra sem perspectiva de futuro?

Seguindo uma determinada linha de raciocínio, a respeito do comportamento da “geração nem nem” na Europa e no Brasil, poderíamos dizer desiludidos lá, iludidos aqui?

No primeiro caso a desilusão dar-se-ia pela falta de expectativa dos jovens europeus diante de um cenário de deterioração das relações de trabalho, antes mais favoráveis, e, no segundo caso, a ilusão explicar-se-ia pela “melhoria das condições de vida” (CARDOSO, 2014, p.312) propiciada pelo neodesenvolvimentismo atual, a nutrir as esperanças dos jovens brasileiros? O que pretendemos com este conjunto de questões é exatamente procurar recuperar o vínculo entre contextos sociais que, supostamente, aparecem como tendo uma matriz distinta e recolocá-lo sob o prisma da totalidade como categoria de análise para a apreensão da sociedade capitalista contemporânea.

13 O autor faz referência, entre outros, ao Programa Bolsa Família, mantido pelo Governo Federal.

Capital – imperialismo e subdesenvolvimentismo

Apoiando-nos em Fontes (2013), consideramos necessário evitar que “as malhas da conjuntura, com suas urgências, apaguem as linhas fortes do processo, ou esfumem a crítica fundamental do marxismo, voltada simultaneamente para a compreensão/explicação da vida social e para a resoluta superação do modo de ser dominado pelo capital” (p.103). Assim, tomar a suposta melhoria das condições de vida atualmente no país, desconectada de uma perspectiva mais ampla, que considere o próprio movimento do capital em escala global, em nosso entender apenas “esfumam” as contradições capitalistas postas em nível planetário.

Portanto, e em decorrência da compreensão anterior, temos a percepção de que esta “geração à deriva”, a qual se refere Sennet (2003), – seja a juventude europeia ou latino-americana e, dentro desta, a brasileira, considerando todas as especificidades que marcam cada região e país – constitui a expressão deste mesmo movimento do capital, cuja característica fundamental dá-se pela ampliação de novas formas de expropriação (FONTES, 2012).

Conforme a autora,

Movemo-nos no terreno de fortes contradições: entre as exigências da estratégia e da tática; entre a explicitação de uma das maiores crises capitalistas mundiais em paralelo à expansão de relações capitalistas em alguns países considerados periféricos (dos quais os mais importantes são Índia, China e Rússia); entre melhorias gotejadas sobre os setores mais frágeis e seu formato rebaixada (expansão de contratos de trabalho de baixos salários e políticas sociais focalizadas); entre o apoio às lutas comuns sul-americanas e o braço pesado das empresas transnacionais – agora também brasileiras – que direcionam as políticas e capturam os lucros; entre o aprofundamento das relações capitalistas no campo e seu formato agroexportador (FONTES, 2013, p. 104)

Sob esta perspectiva, é no âmbito do capital-imperialismo que situamos tal movimento. Para a autora, apoiando-se umbilicalmente em Lênin, o capital-imperialismo origina-se das novas determinações derivadas da própria disseminação do imperialismo que se dilata em uma nova escala na qual se exacerbam tanto as lutas sociais quanto as relações próprias do capitalismo, estas, porém de maneira difusa e desigual, mas com um grande nível de conexão. A resultante disso está na conversão do capitalismo em uma forma de vida social que se generaliza de modo profundamente assimétrico, marcando uma diferença gritante em relação ao século XX, quando

boa parte da população do planeta vivia sob o mundo rural e detinha, em grande medida, o controle de seus recursos diretos de existência.

Por este ângulo, a noção de capital-imperialismo possibilita apreender o movimento peculiar sucedido após a Segunda Guerra Mundial que transformou e aprofundou as linhas essenciais do imperialismo tal qual formulado por Lênin (1870-1924). Este, ao definir o imperialismo como fase particular do capitalismo, esclarece:

O que há de fundamental neste processo, do ponto de vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas. A livre concorrência é a característica fundamental do capitalismo e da produção mercantil em geral; o monopólio é precisamente o contrário da livre concorrência, mas esta começou a transformar-se diante de nossos olhos em monopólio, criando a grande produção, eliminando a pequena, substituindo a grande produção por outra maior e, concentrando a produção e o capital a tal ponto que em seu seio surgiu e surge o monopólio: os cartéis, os sindicatos, os *trusts* e, fundindo-se com eles, o capital de uma escassa dezena de bancos que manipulam bilhões (LENIN, 2010).

Para Fontes, nas contradições de sua expansão, o capital-imperialismo chega ao século XXI dentro de uma crise que impõe a necessidade de novas formas de expropriações que, por sua vez, determinam o agravamento das condições da existência humana. E é exatamente neste cenário que se verifica o processo de luta por parte dos países retardatários em alçar à condição de países capital-imperialistas, dentre esses, o Brasil. A autora defende que o capital-imperialismo brasileiro “emerge subalterno, resulta tanto das condições internas da dominação burguesa quanto das contradições mais amplas que atravessam o capital-imperialismo mundial, mas carrega consigo as tradições prepotentes (autocráticas) que acompanharam a história da dominação burguesa no Brasil” (FONTES, 2012, p.15).

Traçando um perfil especificamente do país, a autora aponta que o papel capital-imperialista do Brasil não se restringe à dimensão econômica, posto que abrange mudanças “*políticas*”¹⁴ no plano *interno*; se explicita em projetos expansionistas e em sujeitos sociais (classes e frações de classe) que o sustenta; envolve o aprofundamento de suporte *estatal* e a elaboração de projetos” (p.104). Assim, apreendê-lo implica na análise dos países atingidos e o

14 Grifos no original.

impacto que a expansão capital-imperialista brasileira, ainda que secundária, desempenha sobre as diferentes classes e frações de classe no exterior.

Aponta que o processo de monopolização capitalista no Brasil tem seu início na segunda metade do século XX, com larga intensificação no período da ditadura empresarial-militar de 1964. A ação de caráter expansionista de empresas sediadas no Brasil ou compostas por capitais brasileiros inicia-se a partir da década de 1970, retraindo-se na década de 1980 e retomando o crescimento na década de 1990, com destaque no século XXI (FONTES, 2013 apud SPOSITO e SANTOS, 2012). O quadro atual pode ser avaliado pela citação abaixo:

De acordo com o *Boston Consulting Group*, o país está em terceiro lugar na lista dos emergentes com empresas capazes de “desafiar globalmente” outras gigantes internacionais. O Brasil tem 13 empresas na relação de *global challengers*(Camargo Correa, Coteminas, Embraer, Gerdau, JBS-Friboi, Marcopolo, Natura, Odebrecht, Brasil foods, Petrobrás, Magnesita, Votorantim e Weg), sendo a Vale já considerada uma multinacional estabelecida e não mais uma “desafiadora”. À FRENTE DO Brasil está a China (com 33 empresas) e a Índia (com 22 empresas). (FONTES, 2013, P. Garcia, 2012, p. 60)

É neste sentido que Fontes (2013, p.110) reitera: “limitar-se a contrapor (e defender) um neodesenvolvimentismo e execrar o neoliberalismo significa permanecer na ordem do discurso e não enfrentar as contradições reais”. E apresenta três razões para isso:

Na primeira razão argumenta que o “assim chamado neodesenvolvimentismo aprofunda as formas econômicas e ideopolíticas anteriores, em especial a focalização de políticas voltadas para o alívio da pobreza e as privatizações, e delas se nutre” (p.111). Em segundo lugar, entende que neoliberalismo e neodesenvolvimentismo constituem “metamorfoses da expansão contemporânea do capital e do capital-imperialismo no e do Brasil, demonstrando extrema agilidade para adequar-se aos constrangimentos internos e externos” (p.111) e, finalmente, ressalta o que Florestan Fernandes (1920-1995) já há muito compreendera, qual seja, a “dependência da expansão do capitalismo no Brasil ao conjunto do imperialismo total” (p.111) e, na sua contra face, a reprodução deste mesmo processo desigual e combinado para o interior do próprio país.

Mediante este necessário preâmbulo amplamente apoiado em Fontes (2012, 2013) retomamos ao cerne da questão, qual seja, o problema em tomar o modelo neodesenvolvimentista

em si mesmo, como alavanca para a inserção do país rumo a uma posição mais avançada em termos de promoção da igualdade social - ao ponto de interferir nas motivações juvenis sobre uma perspectiva esperançosa de futuro -, desconectando-o das determinações do movimento do capital-imperialismo. Noção que parece alimentar certa vertente do debate em torno das políticas de alívio a pobreza, e em particular, as políticas de inclusão social e profissional para os ditos jovens “em situação de risco e vulnerabilidade social”.

Assim exposto, compreendemos ser de fundamental importância politizar a vaga alvissareira em torno do modelo neodesenvolvimentista e recolocar a problemática dos “jovens que não estudam e nem trabalham”, segundo caracterização do IBGE (2013), não como um problema de gestão, supostamente resolvida com políticas emergenciais, focais, contingenciais, destituídas do caráter de universalidade e operada na lógica do neodesenvolvimentismo, com todas as contradições já apontadas por Fontes, mas como a expressão da necessidade do capital em produzir e reproduzir um estoque de força de trabalho sempre disponível.

Comentários finais

Argumentamos que a informalidade, característica importante a marcar as condições de trabalho para os jovens, não se explica por uma razão de ordem motivacional, própria de uma juventude que faz escolhas nas quais o registro formal de trabalho adquire segundo plano quando estão em jogo outros interesses, tais como a simples busca de experiência, independentemente das condições de contratação. Pelo contrário, o que os dados apontam é o forte constrangimento ao qual estão submetidos em aceitar a informalidade como uma realidade “natural”, de quem “só está começando a vida”. Em uma análise mais apurada (SILVA, 2012) identificamos que a trajetória profissional dos jovens, oriundos das frações da classe trabalhadora para a qual é reservado o trabalho simples,¹⁵ tem se constituído por uma “circularidade prescrita pela precariedade (p.102).

Neste aspecto consideramos relevante a observação de Braga (2012). Para este, o cre

15 O trabalho simples, conforme Lima, Neves e Pronko (2009), “ ao contrário do trabalho complexo, caracteriza-se por ser de natureza in diferenciada, ou seja, dispêndio da força de trabalho que “ todo homem comum, sem educação especial , possui em seu organismo (LIMA, NEVES, PRONKO, 2008, p.460 apud MARX, 1998).

